

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO:
Análise da Implementação e Impactos na formação de jovens
Conscientes financeiramente

Ana Júlia da Silva Fabiani Penna¹
Faozie Mohamad Abdouni²
Raquel Cristina de Souza Lara³
Graziella Andreia Malagó⁴

Resumo

Este estudo foi realizado com o propósito de analisar a implementação da educação financeira no “Ensino Médio” e os efeitos dessa prática na formação de jovens com consciência financeira. A pesquisa teve como objetivo abordar o conceito de educação financeira, destacando sua relevância para o desenvolvimento da autonomia, responsabilidade e habilidades de tomada de decisão dos estudantes, elementos fundamentais para formar cidadãos críticos e preparados para enfrentar desafios econômicos durante a juventude e na vida adulta. O trabalho também examinou o papel da escola como promotora de competências cognitivas e socioemocionais, considerando a “Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” como ferramenta para integrar conteúdos relacionados a finanças, planejamento e gerenciamento de recursos, assegurando a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. A revisão teórica demonstrou que a educação financeira contribui para o desenvolvimento de hábitos conscientes de consumo e poupança, estimulando o pensamento crítico, a definição de prioridades e o planejamento estratégico das finanças pessoais dos jovens. A metodologia adotada foi de cunho bibliográfico e qualitativo, baseada na análise de livros, artigos acadêmicos, legislações educacionais e documentos oficiais que tratam da temática da educação financeira no ensino médio. Os resultados apontaram que em certa medida a educação financeira no Brasil é pouco explorada diante da necessidade dos jovens.

Palavras-chave: educação financeira; ensino médio; jovens; formação financeira; BNCC.

1 INTRODUÇÃO

O artigo relacionado à “Educação Financeira” no contexto do “Ensino Médio” brasileiro, abordando os desafios e as possibilidades da sua implementação como disciplina ou conteúdo nas escolas públicas e privadas no Brasil. A proposta buscou

¹ Aluna de graduação do curso de Administração da Universidade de Sorocaba (Uniso). Email: anajulia14012004@gmail.com

² Aluna de graduação do curso de Administração da Universidade de Sorocaba (Uniso). Email: faozie@gmail.com

³ Aluna de graduação do curso de Administração da Universidade de Sorocaba (Uniso). Email: raquellara879@gmail.com

⁴ Professora Orientadora na Universidade de Sorocaba (Uniso). Email: graziella.malago@prof.uniso.br

desenvolver instrumentos de análise que permitam compreender o nível de conhecimento financeiro dos estudantes e como isso afeta suas decisões pessoais, tanto no presente quanto em sua preparação para o futuro.

O delineamento do estudo visou identificar possíveis problemas na formação dos jovens quanto à gestão de suas finanças pessoais, compreender se os estudantes possuem noções básicas sobre planejamento financeiro e investigar os perfis predominantes em relação ao comportamento financeiro juvenil.

A problemática da pesquisa em torno da preparação dos estudantes do ensino médio para lidar com suas finanças de maneira consciente e responsável. A ausência da educação financeira escolar representa um fator preocupante, pois pode contribuir significativamente para a consolidação de comportamentos econômicos prejudiciais na vida adulta

A metodologia adotada foram as pesquisas exploratória e bibliográfica e análise através de pesquisa qualitativa fundamentadas nos autores Gil (2017) e Guedes (2005).

Nesse vies, estrutura-se no primeiro capítulo a introdução, ao tema e à problemática, seguido por uma fundamentação teórica sobre “Educação Financeira” no segundo capítulo, no terceiro capítulo apresenta a metodologia adotada na pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conceito de Educação Financeira

Para Amadeu (2009), a educação financeira tem como objetivo principal fornecer ferramentas e informações que capacitem as pessoas com habilidades e conhecimentos necessários para promover o bem-estar financeiro. Isso é especialmente importante considerando que cada indivíduo busca atender suas necessidades básicas na sociedade, como educação, saúde e segurança. Diante das informações citadas acima, vale ressaltar que para Santos (2018):

A educação financeira é fundamental para que os indivíduos desenvolvam capacidade crítica, senso de responsabilidade e habilidades de planejamento, permitindo que façam escolhas conscientes que atendam tanto às suas necessidades imediatas quanto às demandas futuras da vida em sociedade (Santos, 2018, p. 47).

Além disso, o ensino sobre financeiras não se limita à aquisição de informações sobre finanças, mas também envolve o desenvolvimento de

competências práticas que possibilitam ao indivíduo gerir adequadamente seus recursos. Lizotte e Verdinelli (2014) destacam que esse aprendizado inclui habilidades de planejamento, controle de gastos, compreensão de crédito, poupança e investimento, permitindo que o cidadão tome decisões conscientes e equilibradas em relação ao seu dinheiro.

Segundo Santos e Oliveira (2018), essa formação contribui para a construção de autonomia e responsabilidade, ajudando os jovens a estabelecer prioridades, planejar metas e reduzir riscos de endividamento. Esse conhecimento é essencial para formar cidadãos críticos e preparados para lidar com desafios econômicos, tanto no presente quanto na vida adulta. Assim, compreender a educação financeira ainda na juventude permite que os estudantes desenvolvam hábitos saudáveis de consumo e poupança, fortalecendo sua capacidade de tomar decisões responsáveis.

Portanto, o conceito de educação financeira engloba tanto aspectos teóricos quanto práticos, buscando preparar os indivíduos para lidar de forma consciente com os recursos disponíveis, planejar o futuro econômico e tomar decisões responsáveis. Esse conceito é especialmente relevante no contexto educacional, pois fornece as bases para a formação de jovens e adultos capazes de enfrentar os desafios financeiros do cotidiano e contribuir para uma sociedade economicamente mais equilibrada. Como afirma Oliveira (2020):

A educação financeira deve ser compreendida como um processo contínuo de aprendizado, que possibilita ao indivíduo desenvolver competências e atitudes necessárias para gerir seus recursos de forma consciente, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e economicamente sustentável (Oliveira, 2020, p. 34).

2.2 Importância da Educação Financeira na Formação dos Jovens

A educação financeira é de suma importância pois vem se tornando um tema cada vez mais relevante no contexto educacional brasileiro, especialmente diante dos desafios econômicos atuais enfrentados pela população. Sendo assim, torna-se indispensável a necessidade de formar cidadãos mais conscientes em relação ao uso do dinheiro. Vale ressaltar que para Para Argôlo (2019, p. 20), a educação financeira “é uma ferramenta na qual os indivíduos podem se utilizar para tomar decisões eficientes com relação ao uso e controle do dinheiro”.

Segundo Santos (2021), o desenvolvimento de competências econômicas favorece a autonomia e da responsabilidade dos jovens, permitindo que eles façam escolhas mais assertivas em relação ao consumo, poupança e investimento. Dessa

forma, para um melhor desenvolvimento financeiro, a implementação desse conteúdo deve ser inserida na juventude, dentro das escolas do ensino médio, para que desde cedo os estudantes adquiram conhecimento e compreensão mais sólida sobre como manejar adequadamente os próprios recursos financeiros. A abordagem da Educação Financeira escolar, segundo Silva e *Powell* (2013) se caracteriza como:

A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (Silva; *Powell*, 2013, p. 13).

Durante o ensino médio, muitos dos aspectos mais relevantes da vida dos estudantes começam a ser moldados, não apenas em termos acadêmicos, mas também no desenvolvimento de atitudes e habilidades essenciais para a vida cotidiana. Vale ressaltar que para Freitas (2018), esse período escolar é estratégico para a formação de cidadãos críticos e responsáveis, pois possibilita que os alunos adquiram competências para lidar com situações financeiras do dia a dia, tomando decisões mais seguras e conscientes sobre o uso dos recursos financeiros.

Em suma, a inserção da educação financeira nos currículos do ensino médio foi impulsionada pela “Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, que reconhece a necessidade de capacitar os alunos em temas relacionados às finanças, destacando a matemática financeira como um componente essencial. Por meio dessa abordagem, os estudantes aprendem conceitos fundamentais, como orçamento, planejamento financeiro, juros e investimentos, aplicando-os em situações práticas do cotidiano.

Esse aprendizado torna-se ainda mais relevante à medida que os alunos avançam para o ensino médio, período em que começam a vislumbrar a vida adulta e as responsabilidades financeiras que ela traz. Segundo Santos (2021), a educação financeira contribui diretamente para o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade dos jovens, permitindo que façam escolhas mais assertivas em relação ao consumo, poupança e investimento. Oliveira e Lima (2020) complementam que, ao aprenderem a organizar o orçamento, planejar gastos e avaliar prioridades, os jovens constroem hábitos financeiros saudáveis, que impactam positivamente sua estabilidade econômica futura.

Nesse prisma, segundo Martins (2019), a educação financeira no ensino fundamental e médio não se limita à aquisição de conhecimento teórico, mas também fortalece competências socioemocionais, como disciplina, planejamento estratégico e tomada de decisão consciente, preparando os estudantes para enfrentar desafios financeiros com responsabilidade e segurança.

2.2 Os Impactos da Educação Financeira nas Escolas

A implementação da educação financeira nas escolas tem demonstrado impactos significativos na formação dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, comportamentais e socioemocionais. Segundo Nemos (2021), programas de educação financeira escolar promovem o letramento financeiro, capacitando os alunos a tomar decisões mais conscientes e responsáveis em relação ao consumo, à poupança e ao investimento.

Além disso, essa formação favorece a construção de condutas financeiras adequadas desde a juventude. Carvalho *et al.* (2020) destacam que estudantes que participam de iniciativas educativas voltadas para finanças apresentam maior capacidade de organizar orçamentos, planejar gastos, avaliar prioridades e compreender conceitos como juros, crédito e investimento. Dessa forma, esses aprendizados contribuem para o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e da responsabilidade financeira entre os jovens.

Outro impacto relevante refere-se ao estímulo à cultura de planejamento e prevenção de endividamento. Lopes e Silva (2019) afirmam que a educação financeira escolar reduz comportamentos de consumo impulsivo e fortalece a compreensão sobre a importância da poupança e do investimento responsável. Além disso, a abordagem educativa promove competências socioemocionais, como disciplina, tomada de decisão e pensamento crítico, essenciais para a vida acadêmica e social dos estudantes.

Portanto, a presença da educação financeira na programação educacional não apenas amplia o conhecimento teórico, mas também gera efeitos concretos na formação dos jovens, preparando-os para enfrentar desafios econômicos de forma consciente e responsável. Pode-se afirmar que para Souza (2022):

A educação financeira no Ensino Médio desenvolve nos estudantes habilidades críticas e estratégicas, tornando-os capazes de tomar decisões conscientes, planejar o futuro e atuar com responsabilidade em situações que envolvem recursos financeiros (Souza, 2022, p. 55).

2.4 A Educação Financeira na BNCC

A inclusão da Educação Financeira na educação básica ganhou destaque significativo após a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual estabelece parâmetros para garantir a formação ampla e consistente dos estudantes. A função social da escola, conforme aponta Libâneo (2018), envolve proporcionar ao aluno os meios necessários para interpretar criticamente a realidade, desenvolvendo competências que o permitam atuar com responsabilidade e consciência em seu contexto social. Nesse cenário, a BNCC assume papel estratégico ao orientar práticas que favoreçam decisões conscientes, e a Educação Financeira surge como instrumento essencial para promover autonomia, reflexão e discernimento econômico.

A BNCC, ao definir um conjunto de aprendizagens essenciais para toda a educação básica, constitui-se como marco normativo central na organização do currículo escolar brasileiro. Sua proposta está direcionada à articulação entre conhecimentos e competências que contribuam para uma formação integral, indo além da simples transmissão de conteúdo. Nessa perspectiva, o Ministério da Educação (2018) ressalta que:

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. (Ministério da Educação, 2018)

Diante dessa concepção ampliada de currículo, a Educação Financeira adquire importância significativa ao ser tratada de forma interdisciplinar e contextualizada. A intenção é possibilitar que o estudante compreenda as implicações de suas escolhas financeiras, bem como identifique os impactos sociais, familiares e pessoais relacionados ao uso de recursos. A abordagem, portanto, não se limita a cálculos, mas abrange valores, atitudes, planejamento e reflexão crítica. De acordo com Silva e Pereira (2020), a Educação Financeira contribui para o desenvolvimento de posturas responsáveis e para a capacidade de tomar decisões conscientes nas diversas situações econômicas vivenciadas no cotidiano.

Especificamente no Ensino Médio, a BNCC reforça a necessidade de formar jovens capazes de interpretar informações, avaliar alternativas e exercer protagonismo na construção de seus projetos de vida. Essa orientação fortalece a relevância da Educação Financeira no processo formativo, uma vez que promove

autonomia e competências essenciais à cidadania. Libâneo (2012) destaca que cabe à escola favorecer o desenvolvimento intelectual, ético e social dos estudantes, preparando-os para agir com responsabilidade e consciência na sociedade contemporânea.

A dimensão social da Educação Financeira também é reconhecida por documentos institucionais. Conforme aponta a Câmara dos Deputados (2025), a inserção desse tema no currículo escolar contribui para o cultivo de hábitos mais equilibrados de consumo e poupança, reforçando a necessidade de práticas educativas que estimulem o uso responsável dos recursos. O órgão destaca que a BNCC já orienta escolas de todo o país a tratar a Educação Financeira e a educação para o consumo como elementos integrantes dos currículos do ensino fundamental e médio.

Dessa forma, a BNCC consolida-se como instrumento determinante para a efetivação da Educação Financeira nas escolas brasileiras, uma vez que reconhece sua relevância na formação de cidadãos críticos, conscientes e preparados para enfrentar os desafios econômicos da vida adulta. A abordagem contribui não apenas para o domínio de conteúdos financeiros, mas também para o desenvolvimento de comportamentos responsáveis, favorecendo a construção de uma sociedade mais equilibrada, sustentável e socialmente comprometida.

3.1 Tipos de Investimentos

3.1.1 Renda Fixa

São os investimentos dos quais as regras de rendimentos são definidas no momento da operação, ou seja, o investidor tem o conhecimento da taxa de rendimento e o prazo de vencimento. São um dos investimentos mais seguros que existem no mercado. Nessa modalidade, o investidor escolhe o quanto vai investir e em quanto tempo vai retirar o seu benefício.

Os títulos de renda fixa são instrumentos de investimento que oferecem um retorno fixo periódico. Algumas formas oferecem retornos contratualmente garantidos; outras têm retornos especificados, mas não garantidos. Devido a seus retornos fixos, os títulos de renda fixa tendem a ser populares durante períodos de altas taxas de juros. (Gitman, Joekhn, 2004 p. 26)

3.1.2 Renda Variável

A renda variável é o oposto da renda fixa, esses são os investimentos que no momento da aplicação não é possível saber, ao certo, o valor do retorno dessa operação. Nesse modo, o mercado torna-se volátil, ou seja, o dinheiro aplicado sofre

oscilações podendo ser positiva (aumentando seu valor) ou negativa (diminuindo seu valor de mercado) ao longo do dia, o que faz ser imprevisível o retorno de seu investimento.

As aplicações de renda variável não possuem remuneração ou vencimento previamente acordados e o rendimento é obtido através da diferença entre o preço de aquisição e o preço de venda (Banco do Brasil, 2007)

3.1.3 Caderneta de Poupança

De acordo com o Banco Central do Brasil (2022), a caderneta de poupança é um tipo de investimento de renda fixa voltado para quem busca segurança e facilidade.

De acordo com a citação trata-se de uma conta bancária em que o valor depositado gera uma rentabilidade percentual sobre o montante aplicado. Essa modalidade é amplamente utilizada pela população, especialmente por não exigir conhecimentos técnicos aprofundados sobre o mercado financeiro.

Compreender o funcionamento da caderneta de poupança no ensino médio é fundamental para a introdução dos estudantes aos conceitos de economia pessoal e segurança financeira.

3.1.4 CDB

Conforme estabelecido também pelo Banco Central do Brasil (2022), o Certificado de Depósito Bancário, conhecido como CDB, é um investimento oferecido por bancos em que o investidor empresta dinheiro à instituição financeira e a favor disso, recebe juros sobre o valor aplicado. É considerado uma opção de renda fixa relativamente segura, com rendimento definido por regras do banco emissor e garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) até o limite estabelecido.

De acordo com Segundo Filho (2003, p.11) define da seguinte forma:

Títulos representativos de depósito a prazos emitidos por bancos de investimentos comerciais, com prazos curtos. Seus rendimentos podem ser pré-fixados ou pós-fixados e acompanham os juros do mercado. O risco desses papéis é o risco do banco. Se o banco falir, o investidor perde o dinheiro que aplicou, acima de 20 mil reais. Portanto, ao aplicar importâncias superiores a essa, deve-se analisar antes a situação financeira do banco ou diversificar a aplicação em outros bancos. A grande desvantagem do CDB, é para os pequenos investidores, é que os bancos costumam pagar taxas menores às aplicações de baixo valor. O CDB pode ser negociado antes do seu vencimento. Entretanto, o valor de resgate deverá ser negociado com o comprador do título (o banco ou outra instituição). (Segundo Filho, 2003, p.12)

3.1.5 Ações

As ações representam a menor parcela do capital de uma companhia, comprando ações você adquire os direitos e os deveres como sócio baseado na

porcentagem que você detém. As grandes companhias listadas da “CVM – Comissão de Valores Mobiliários” tem suas ações listadas na bolsa de valores.

As ações fazem parte da modalidade de renda variável, pois no ato da compra não consegue saber ao certo qual será o retorno, por isso a importância de se ter uma base consolidada de conhecimento para investir no mercado de ações.

Uma ação representa a menor parcela do capital de uma empresa. O detentor de ações é um proprietário da companhia, possuindo o direito a participação nos dividendos distribuídos na proporção das ações que detém. Por serem objeto de negociação diária em bolsa de valores, os preços das ações podem aumentar ou diminuir. As ações podem ser ordinárias ou preferenciais. Ações ordinárias são aquelas que conferem aos seus títulos o direito de voto na Assembleia geral dos acionistas. Cada ação ordinária dá direito a um voto. No Brasil, a detenção de mais de 50% do total das ações deste tipo dá ao acionista o controle da companhia, podendo eleger diretores e decidir o destino da empresa. Ações preferenciais são aquelas que não conferem o direito a voto, entretanto tem prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital. Geralmente tem maior liquidez no mercado (Segundo Filho, 2003, p.12).

3.1.6 Debêntures

De acordo com a B3 (2021) debêntures é:

A debênture é um título de dívida que gera um direito de crédito ao investidor. Ou seja, o mesmo terá direito a receber uma remuneração do emissor (geralmente juros) e periodicamente ou quando do vencimento do título receberá de volta o valor investido (principal). No Brasil, as debêntures constituem uma das formas mais antigas de captação de recursos por meio de títulos.

As debêntures podem ser emitidas por sociedades anônimas de capital aberto ou fechado e com a intenção de financiar novos projetos ou organizar a estrutura financeira de uma empresa através de emissão de dívidas, exigindo uma diminuição significativa de garantias utilizadas. Além disso, tem como, como sua principal vantagem oferecer as empresas menores custos na captação desse recurso em comparação a empréstimos bancários.

A emissão desse tipo de título possui grande flexibilidade e as empresas emissoras fazem grande planejamento para adaptar os recursos de acordo com a necessidade da companhia. Por se tratar de um investimento de renda fixa, o investidor consegue ter previsão dos seus pagamentos e amortizações dos títulos investidos.

3 METODOLOGIA

O estudo teve como objetivo expor a questão em análise por meio de uma pesquisa exploratória. Segundo Gil (2017):

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois

interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. A coleta de dados pode ocorrer de diversas maneiras, mas geralmente envolve: 1. Levantamento bibliográfico; 2. Entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática com o assunto; e 3. Análise de exemplos que estimulem a compreensão (Gil, 2017, p. 24- 27).

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base nos autores que serviram de referência para a construção da pesquisa. Segundo Gil (2017, p. 28):

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet.

Por fim, o estudo direcionou-se para a aplicação do método de análise qualitativa, que segundo Gil (2017, p. 33):

As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela descrição e a decodificação interpretativa de um sistema complexo, sendo subjetiva ao objeto de estudo e focando na dinâmica do problema, assim pela profundidade na compreensão de fenômenos e pela coleta de dados como entrevistas e observações, que buscam extrair o máximo de informações de um número menor de participantes.

A pesquisa bibliométrica foi apresentada por meio dos autores utilizados para elaboração da pesquisa. Segundo Guedes e Borschiver (2005):

A pesquisa bibliométrica é um instrumento que comporta mapear e gerar indicadores de tratamento e gestão da informação e do conhecimento, como ferramenta estatística age principalmente em sistemas de informação e de comunicação científica e tecnológica, essencial ao planejamento, avaliação e gestão da ciência e da tecnologia, de uma determinada comunidade científica.

4 PESQUISA BIBLIOMÉTRICA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliométrica para analisar, selecionar e interpretar, o que contribuirá na construção desse trabalho, que tem como foco principal a educação financeira no ensino médio a princípio evidencia a análise da implementação e impactos na formação de jovens conscientes financeiramente, fator essencial para consolidar a formação e incentivar práticas financeiras responsáveis desde a juventude.

Foram consideradas para essa pesquisa, informações de publicações dos últimos 5 anos e as buscas aconteceram na plataforma “*Google Acadêmico*”, por meio

das palavras chaves “educação financeira” e “ensino médio”, sendo selecionado para o estudo os artigos publicados por Araujo (2023), Recalcati, Figueiredo e Homa (2025) e Martins e Coutinho (2022).

Quadro 1: Artigos da amostra para o estudo

Tema	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação
Percepção dos alunos do Ensino Médio sobre Educação Financeira	Carla Araujo	2023	São Paulo
Educação Financeira Escolar no Ensino Médio: desenvolvendo o protagonismo financeiro	Luciano Alves Recalcati; Fernanda Freitas Figueiredo; Ana Izabel Ribeiro Homa	2025	São Paulo
Desenvolvendo a Educação Financeira no Ensino Médio: Uma experiência na Residência Pedagógica	André Ferreira Queiroz de Araújo; Eliane Nunes da Silva; Marilene Rosa dos Santos	2025	Ceara
Educação Financeira no Ensino Médio: uma sequência didática para o desenvolvimento da tomada de decisões	Jéssica Natália da Silva Martins; Cláudia Regina Coutinho	2022	São Paulo
Educação Financeira no Ensino Médio: um relato de experiência com estratégias didáticas baseadas em metodologias ativas	Rafaela Martins da Silva; Higor Raimundo Soares; Maria Aparecida Esteves	2025	Maranhão
Educação Financeira Escolar no Novo Ensino Médio:	Marcos Lafaiete Ferreira Moraes; Higor Rodrigues	2024	Minas Gerais

analisando a metodologia de ensino por investigação na aprendizagem de estudantes de uma escola estadual de Itamarandiba/MG	de Castro Silva Andrade		
Educação Financeira: análise do conhecimento e atitudes financeiras na ótica dos estudantes de ensino médio	Luana Barros Sobianek; Paulo Cesar Silva; Renan Vieira Costa	2023	Paraná
Educação Financeira no Ensino Médio: uma análise após oficinas realizadas em escola pública do Rio de Janeiro	Marina Carvalho do Nascimento; Amanda Alves Avelar	2024	Rio de Janeiro
A educação financeira no novo ensino médio paranaense: reflexões sociais por meio de uma pesquisa bibliográfica	Luciane Aparecida Cieslak; Paulo Henrique Rodrigues; Juliana Ferreira Lima	2023	Paraná
Educação financeira escolar: uma proposta para o ensino médio	Silvana Ferreira de Moraes; Lucas Ribeiro dos Santos; Edna Joana dos Santos; Guilherme Pereira	2020	Santa Catarina
Educação financeira: uma proposta didática em sala de aula com o	Lucas Civardi; Felipe Ribeiro; João Gonçalves Junior	2024	Goiás

uso de planilhas eletrônicas			
-------------------------------------	--	--	--

Elaborado pelas autoras.

Ao todo foram analisados 11 artigos, dos quais foram selecionados entre os primeiros trabalhos para fundamentar esta pesquisa.

O primeiro artigo descreve a percepção dos alunos do Ensino Médio sobre Educação Financeira, apresentando conceitos da educação financeira sob a falta de conhecimentos básicos de finanças, teóricos e práticos.

Essa falta de domínio reforça a importância de incluir conteúdos de Educação Financeira de forma estruturada no ambiente escolar, pois é durante essa fase da formação que os jovens começam a desenvolver hábitos de consumo e tomar pequenas decisões financeiras no dia a dia.

De acordo com Recalcati, Figueiredo e Homa (2025) o tema citado por esses foi sobre a Educação Financeira Escolar no Ensino Médio: desenvolvendo o protagonismo financeiro, na qual defendem que a educação financeira no ensino médio deve ir além da simples transmissão de conceitos matemáticos ou financeiros, ela deve ser estruturada de modo a desenvolver o protagonismo financeiro dos alunos.

No artigo Educação Financeira no Ensino Médio: uma sequência didática para o desenvolvimento da tomada de decisões, abordou que a educação financeira no ensino médio deve ser trabalhada por meio de situações reais que ajudem o aluno a refletir e tomar decisões conscientes.

A educação financeira no Ensino Médio desempenha um papel fundamental na formação dos jovens, pois é nessa fase que muitos começam a lidar de maneira mais direta com o dinheiro e a construir hábitos que podem influenciar toda a vida adulta. Ao compreender conceitos como planejamento, poupança, consumo consciente e investimentos, os estudantes desenvolvem competências que os ajudam a tomar decisões mais seguras e responsáveis.

A importância desse conhecimento se intensifica em um contexto marcado pela forte influência da publicidade sobre o comportamento de consumo. Sem orientação adequada, muitos adolescentes acabam assumindo práticas financeiras impulsivas, que podem resultar em endividamento precoce ou dificuldades para gerir seus recursos no futuro. Assim, inserir a educação financeira no ambiente escolar não é apenas uma necessidade, mas um investimento na formação cidadã.

No Ensino Médio, a educação financeira deve ir além do ensino de cálculos ou da simples apresentação de conceitos teóricos. É essencial que seja trabalhada de forma contextualizada, aproximando os conteúdos das experiências do cotidiano dos estudantes, na qual pode ocorrer por meio de atividades práticas. Dessa maneira, os jovens não apenas aprendem, mas vivenciam situações que os ajudam a refletir sobre suas próprias escolhas financeiras.

Além disso, a educação financeira contribui para desenvolver a autonomia e o protagonismo dos jovens. Quando entendem como o dinheiro funciona, quais são os riscos e oportunidades presentes nas decisões financeiras e como planejar seus objetivos de maneira adequada, tornam-se mais preparados para enfrentar os desafios.

Portanto, abordar a educação financeira no Ensino Médio é essencial para prepará-los para a vida adulta. Uma formação sólida promove responsabilidade e consciência, ajudando-os a construir um futuro mais seguro e a tomar decisões que reflitam seus objetivos e valores. Trata-se de um conhecimento que não beneficia apenas o indivíduo, mas também contribui para uma sociedade mais informada, crítica e financeiramente saudável.

4.1 RESULTADO DA PESQUISA

A falta de estudo e de conhecimentos sobre controle financeiro evidencia a dificuldade que grande parte dos brasileiros enfrenta na gestão de suas finanças pessoais, refletindo a carência de uma formação sólida em educação financeira desde os primeiros anos escolares. A ausência desse controle compromete a autonomia e a segurança financeira, especialmente entre os jovens. Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo compreender e identificar como se encontram as finanças pessoais do público-alvo analisado.

Considerando os fatos supracitados, torna-se evidente a necessidade de implementação de políticas públicas que assegurem a efetiva inserção da Educação Financeira no currículo escolar, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Entretanto, observa-se que essa inclusão ainda ocorre de forma incipiente em muitas instituições de ensino. A ausência dessa formação contribui para que a maioria dos jovens apresente comportamentos financeiros instáveis, com pouco ou nenhum planejamento de gastos, desconhecimento sobre produtos financeiros básicos e dificuldade em estabelecer metas econômicas.

Durante a análise, foi observado também que a implementação desse conteúdo nas escolas ainda se dá de maneira limitada, muitas vezes restrita à Matemática Financeira e sem conexão com o cotidiano dos estudantes. Apesar de a BNCC reconhecer a importância do tema e orientar sua integração ao currículo escolar, sua aplicação ainda não se efetiva de forma uniforme entre as instituições.

Outro aspecto relevante é que a falta de educação financeira contribui para o aumento do endividamento juvenil, fenômeno relacionado ao consumo imediato e à ausência de planejamento. Esse contexto reforça a importância de uma formação escolar que ensine o jovem a lidar de maneira estratégica e consciente com o dinheiro.

Portanto, os resultados obtidos por meio da literatura indicam que a educação financeira constitui uma ferramenta indispensável para a formação integral do estudante, pois o capacita a compreender o valor do planejamento, a desenvolver responsabilidade sobre suas escolhas e a construir hábitos saudáveis de gestão de recursos, elementos fundamentais para uma vida adulta mais equilibrada e consciente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do tema surgiu por se tratar de algo que não é abordado com a devida importância, e em uma breve conversa entre os integrantes do grupo decidimos desenvolver uma pesquisa para entender o motivo dos jovens ainda não ter finanças básicas no ensino médio, ou seja, se planejam financeiramente, ou qual seria a dificuldade para que isso aconteça. Analisamos que a pesquisa abrange um assunto de suma importância para ser desenvolvido nas escolas e ser denominado essencial para a formação dos jovens atualmente.

Os resultados indicam que a falta de orientação financeira durante a formação escolar contribui para que muitos estudantes ingressem na vida adulta despreparados para tomar decisões de consumo, poupança e investimento. A ausência de práticas educativas consistentes leva a comportamentos instáveis, falta de organização do orçamento pessoal e desconhecimento sobre produtos financeiros básicos, aspectos que se refletem no crescente endividamento juvenil.

Além disso, verificamos a importância de recapitular alguns conceitos relacionados a educação financeira, iniciando pelo conceito da educação financeira de forma simples e de alguns índices básicos como renda fixa, renda variável e poupança, na qual mesmo esses índices sendo previstos pela BNCC, a Educação

Financeira ainda não é trabalhada de maneira sistematizada e contextualizada, nas escolas para os jovens.

Dessa forma, concluímos que a “Educação Financeira” escolar é ainda muito precária, na qual não há desenvolvimento, sendo assim, esse ensino revela-se indispensável para o desenvolvimento de competências que são fundamentais para a formação e atuação dos jovens na vida adulta, contribuindo para a qualificação de cidadãos capazes de tomar decisões responsáveis. Torna-se necessário que políticas públicas, instituições de ensino e profissionais da educação se comprometam com a ampliação e a efetiva aplicação desses conteúdos, garantindo que os estudantes não apenas adquiram conhecimento técnico, mas também desenvolvam atitudes e valores que promovam uma relação equilibrada e consciente com o dinheiro.

A partir dos pontos citados, acreditamos que a conclusão mais plausível seria de que, o fator que impede as pessoas de poupar seu dinheiro, de planejar o futuro, buscando alcançar seus objetivos está ligado diretamente a falta de conhecimento financeiros, proveniente de uma educação financeira precária. Falta acessibilidade a educação financeira na educação básica, criando assim uma geração com um pensamento novo e conhecimentos sobre como gerir suas finanças pessoais.

REFERÊNCIAS

AMADEU, L. **Educação financeira: conceitos e práticas**. São Paulo: Atlas, 2009.

ARGÔLO, J. **Educação financeira: guia para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

BANCO DO BRASIL. Análise de Perfil do Investidor. Disponível em: www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial. Acesso em: 15 out. 2025.

B3. Produtos e Serviços. Disponível em: www.b3.com.br/pt_br/produtos-eservicos/negociacao/renda-fixa/debentures. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão aprova inclusão de educação financeira no currículo dos ensinos fundamental e médio. Brasília, 23 jun. 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1171405-comissao-aprova-inclusao-de-educacao-financeira-no-curriculo-dos-ensinos-fundamental-e-medio>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. BNCC. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 out. 2025.

CARVALHO, M.; SILVA, R.; PEREIRA, T. Impactos da educação financeira escolar: um estudo com estudantes do ensino médio. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, n. 1, 2020.

FREITAS, A. **Educação financeira e desenvolvimento de competências no ensino médio**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GITMAN, Lawrence. Princípios de Investimentos – 8 Edição, 2004.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 10ª ed. São Paulo: Pearson, 2004.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta científica para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, da comunicação e de avaliação científica e tecnológica. VI Cinform. Jun, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (orgs.). Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2018.

LIZZOTE, R.; VERDINELLI, L. **Competências financeiras e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2014.

LOPES, F.; SILVA, P. Educação financeira e prevenção de endividamento juvenil. *Revista de Economia e Educação*, 2019.

MARTINS, C. **Educação financeira e competências socioemocionais**. Curitiba: Champagnat, 2019.

NEMOS, H. **Programas de educação financeira nas escolas: impactos e resultados**. Porto Alegre: RS, 2021.

OLIVEIRA, R.; LIMA, D. **Planejamento financeiro pessoal: teoria e prática**. São Paulo: Saraiva, 2020.

OLIVEIRA, T. **Educação financeira: um processo contínuo de aprendizado**. Recife: UFPE, 2020.

SANTOS, P. **Educação financeira na formação de jovens: autonomia e responsabilidade**. Salvador: EDUFBA, 2018.

SANTOS, P. **Finanças pessoais e juventude: formação de hábitos conscientes**. Recife: UFPE, 2021.

SANTOS, P.; OLIVEIRA, L. **Educação financeira: fundamentos para cidadania e autonomia**. Brasília: UNB, 2018.

SEGUNDO FILHO, José. Finanças Pessoais: invista no seu futuro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

SILVA, R.; *POWELL*, J. **Educação financeira escolar**: introdução ao universo do dinheiro. São Paulo: Pearson, 2013.

SILVA, R. L.; PEREIRA, M. R. Educação financeira na escola: formação de atitudes e decisões conscientes. Revista Educação em Foco, 2020.

SOUZA, V. **Habilidades estratégicas e educação financeira no ensino médio**. Rio de Janeiro: FGV, 2022.